Sintietfal
Gestão 2016/2019
Avançar nas Conquistas e na Reconstrução Sindical

Informativo
SINTIETFAL
www.sintietfal.com.br

Nº 1 | Junho 2015

Filiado ao
SINASEFE

Foto: Ésio Melo

Nova direção retoma sindicato para a luta dos servidores

Sintietfal já conta com uma gestão eleita democraticamente e reconhecida perante a justiça e a categoria

O dia 29 de fevereiro de 2016 se tornou uma data histórica para os servidores do IFAL e seu sindicato. Com a posse da nova diretoria, eleita dia 25, em processo conduzido sob intervenção judicial, os trabalhadores têm a oportunidade de ter seu sindicato reconstruído e a serviço da luta.

"Hoje estamos concretizando um desejo dos servidores em ter o sindicato de volta para a luta. Desde 2012, lutamos para que esse dia acontecesse e uma nova gestão pudesse ter o reconhecimento político e jurídico para resgatar a credibilidade da entidade", afirmou Hugo Brandão, presidente empossado.

O Juiz do Trabalho Francisco Tavares Noronha Neto foi o responsável por reabrir o sindicato, conferir posse aos novos diretores e entregar as chaves da sede para a gestão Avançar nas conquistas e na reconstrução sindical, que conduzirá o sindicato pelos próximos 3 anos.

Segundo ele, a intervenção da Juíza Alda Barros, à época titular da 3ª Vara, foi fundamental para a concretização das eleições. "Eu acredito que esse foi um momento muito importante para a categoria por estarmos devolvendo o seu sindicato. Apesar de ter sido por meio de uma intervenção - infelizmente necessária -, tivemos um processo legítimo com uma chapa eleita pelos servidores. Agora, o sindicato está em condições de prosseguir com uma direção legitimada", disse Noronha.

Situação do sindicato

Os diretores eleitos, ao entrarem na sede, registraram a situação da entidade, cuja responsabilidade estava sob a gestão 2009/2012. Marcada pelo abandono, foi perceptível a ausência de computadores, impressoras, condicionadores de ar, materiais de escritório, entre outros. Diversos documentos do sindicato, não encontrados durante a busca e a apreensão ordenadas pela Juíza Alda Barros, em dezembro de 2015, foram descobertos amontoados na laje da casa. Uma auditoria será realizada para responsabilizar o antigo gestor pelo patrimônio pertencente ao conjunto da categoria.

Sintietifal ativo

Nesses primeiros meses, as atividades sindicais já foram retomadas com força. Paralisação na reitoria contra o ponto eletrônico e em defesa das 30 horas, participação em atos públicos, encontro com os aposentados, debates sobre a conjuntura, reabertura da sede, funcionamento da comunicação, publicação de moções, assembleias gerais e visitas aos câmpus com assembleias municipais foram algumas das atividades já desenvolvidas.

Esse é o caminho para a reconstrução sindical, colocando a entidade de volta na luta e a categoria em movimento.

PLP 257/2016 ameça educação e todo serviço público. *Pág 3*

Unimed cede nas negociações e reduz valor do reajuste anual. *Pág 7*

"Escola Livre"

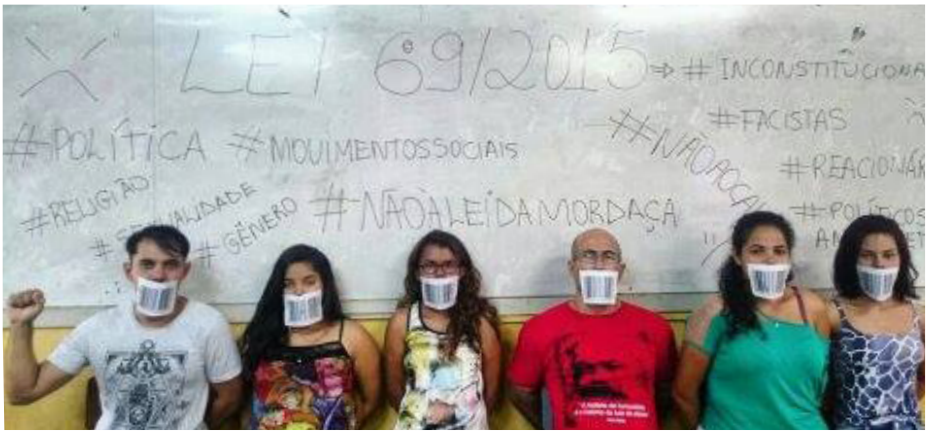


Foto: facebook Renalvo Cavalcante

Não à Lei da Mordaça

Alagoas é o Estado pioneiro em retrocesso na educação. Não bastassem a falta de professores no quadro, os baixos salários, a falta de estrutura nas escolas e os consequentes baixos índices educacionais, os professores foram cerceados por lei de se expressar livremente dentro da sala de aula.

Com a aprovação e a promulgação do PL 69/2015, denominado "Escola Livre", os deputados estaduais amordaçam os professores e os impedem de abordar seus pontos de vista sobre questões políticas, religiosas ou ideológicas, ou "estarão sujeitos a sanções e às penalidades previstas no Código de Ética Funcional dos Servidores Públicos e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civils do Estado de Alagoas".

Segundo a lei, "**o professor deverá abster-se de introduzir, em disciplina ou atividade obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais, religiosas ou ideológicas dos estudantes ou de seus pais ou responsáveis**".

Para a pedagoga e diretora jurídica do Sintietfal, Elizabete Patriota, o parlamento viola o princípio da liberdade e dos direitos humanos.

"Atentar contra a manifestação de pensamento, a livre expressão do professor no exercício do seu magistério, é CRIME de violação da dignidade humana", esclarece Patriota.

Ao defender a liberdade como um princípio para educar, a diretora jurídica embasa a defesa de sindicatos e juristas contra a inconstitucionalidade da lei. "A liberdade é tão preciosa, que é, ao mesmo tempo, direito e meio através do qual outros direitos se afirmam. Em nosso ordenamento jurídico, a liberdade aparece como um dos objetivos da República no art. 3º, I da Constituição de 1988. Ela também aparece de forma lapidar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 3º, II".

Na compreensão do Sintietfal, a lei da mordaça tem um objetivo claro de calar o professor que luta contra as injustiças e impedir que o debate democrático e crítico de ideias aconteça dentro das escolas.

"Alguém já se questionou por que essa vontade incontrolável de PODAR, CERCEAR a liberdade do professor? Por que será que esse profissional oferece tantos riscos à ordem vigente? Ao respondermos a tais questões, certamente encontraremos aí a razão para lutarmos coletivamente por aquilo que está na Constituição e na LDB: por uma sociedade justa, livre e igualitária", prossegue Elizabete.

O Sintietfal repudia a Lei da Mordaça e está junto na luta com todos os educadores para que as escolas sejam cada vez mais plurais e democráticas.

Para ler o texto da pedagoga Elizabete Patriota sobre o tema, acesse http://bit.ly/LeidaMordaça.

SOB NOVA DIREÇÃO

Presidente **Hugo Brandão**

Graduado em Filosofia (UFAL) e Mestre em Ciência da Religião (UNICAP). Leciona a partir de 2007 em escolas particulares e cursinhos. Desde 2012, é professor exclusivo do IFAL, iniciando suas atividades em Santana do Ipanema e, em 2014, tornando-se docente em filosofia no câmpus Satuba.

Vice-Presidente **Silvia Regina**

Graduada em Letras - Licenciatura em Português (UNICAP) e Mestra em Linguística (UFAL). Natural de Pernambuco, mora em Alagoas desde 2008, quando se transferiu do Colégio Militar do Recife para o IFAL. Hoje é professora da Coordenação de Linguagens e Códigos em Maceió.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL

CNPJ 35.745.645/0001-38

Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

3223.6265 SINTIETFAL.COM.BR

/SINTIETFAL SINTIETFAL2016@GMAIL.COM

Jornalista Responsável: Ésio Melo - MTE/AL 1509

Tiragem: 1500 exemplares

PLP 257/2016

Serviço público na mira da privatização

Texto do PL prevê congelamento de salários, suspensão de concursos públicos e revisão do RJU

O serviço público e os direitos dos servidores públicos estão ameaçados. Congelamento de salários, suspensão dos concursos públicos (até para reposição do quadro), destruição da previdência social e revisão do Regime Jurídico Único são parte do PLP 257/2016.

Apresentada pelo Governo Dilma/PT como medida de estímulo ao reequilíbrio fiscal, a PLP ataca diretamente os serviços públicos e faz parte de um amplo pacote de maldades do ajuste fiscal, que corta orçamento em políticas sociais e nos serviços públicos como se esses fossem os responsáveis pelo déficit no orçamento. Só assim, o Governo consegue esconder os verdadeiros responsáveis pela sangria de 42% do Orçamento Geral da União para encher os cofres dos banqueiros credores da dívida pública (Dados de 2015).

Pior, diante de uma crise gerada pelas grandes empresas e pelo mercado financeiro, que comanda a economia, o ônus ainda recai sobre os trabalhadores. O governo ilegítimo de Temer, que já anunciou reforma trabalhista, da previdência e fiscal, não deve se eximir de atacar todo o serviço público e entregá-lo aos financiadores do golpe.

Sobre o projeto de Lei

Se aceito, esse PL aprofundará a submissão do Estado ao capital financeiro. Entre as medidas estipuladas, estão um "ajuste fiscal estrutural" nas contas da União, a entrega das estatais para privatização como garantia da amortização, a elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14%, a criação de fundos de pensão (FUNPRESPS estaduais), a reforma do Regime Jurídico Único, implementação de planos de demissão voluntária, redução de 95% para 90% do limite de despesa com pessoal, avanço nas terceirizações, convênios, Organizações Sociais etc.

Do ponto de vista do salário dos servidores, o texto prevê arrochos em três estágios: 1. Não concessão de aumento real, inclusive do salário mínimo, que ficaria restrito no máximo ao índice oficial de inflação, assim como a negativa de reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título – exceto sentenças judiciais e a revisão anual prevista na Constituição (que já não é cumprida); 2. Suspensão da contratação de pessoal (fim dos concursos); 3. Programas de demissão voluntária (PDVs).

A luta é a única saída

O Sintietfal tem realizado debates sobre esse tema e convocado a categoria para a luta, como forma de resistir e impedir retrocessos. "Hoje, o serviço público corre o risco de ser extinto, porque o PLP prevê suspensão de concursos, congelamento salarial e o ataque à estabilidade do servidor. Isso porque, há uma política neoliberal avançando, alimentada pela mídia golpista que tem dito à população que servidor público não trabalha. É necessário organizar uma reação dos servidores e da classe trabalhadora em geral porque, se não lutarmos, o governo vai acabar com os serviços públicos e entregá-los ao mercado", disse o presidente do Sintietfal, Hugo Brandão, convocando os servidores para a luta.

(Com informações SINASEFE Nacional)

Servidores do Câmpus Piranhas paralisam contra lei antisserviço público

O dia nacional de mobilização contra o PLP 257/2016 em Alagoas foi marcado por ações nos câmpus do IFAL. A principal delas foi a paralisação em Piranhas, onde professores e técnicos suspenderam suas atividades regulares para realizar um debate junto aos alunos, fazer uma oficina de cartazes e ir à rádio local. Em Penedo, Satuba e Maceió, o Sintietfal espalhou faixas em repúdio ao projeto de desmanche dos serviços públicos.

O debate em Piranhas teve como tema "a conjuntura nacional e o PLP 257" e exibiu o documentário Dívida Pública Brasileira – A soberania na corda bamba. Logo depois, os alunos produziram cartazes que foram empunhados numa passeata simbólica realizada dentro do câmpus, "ensaiando um futuro ato para fora dos muros do Ifal", explicou Brandão. O debate ainda ganhou as ondas da Rádio Independente.

Foto: cortesia

A atividade mostrou a importância de lutar de forma incisiva em defesa da educação e de outros serviços públicos ameaçados pelos governos. "Sem a nossa mobilização, sem a nossa ação mais efetiva para expor nossas demandas, perderemos muito, principalmente nesse cenário extremamente desfavorável ao serviço público", afirmou o professor de Sociologia, Levy Brandão.

#ForaTemer

Contra o golpe! Vamos à luta contra os ataques aos direitos!

A direção do Sintietfal vem a público repudiar o processo de impeachment que afastou a Presidente Dilma Rousseff do governo, pois entende que esse recurso, apesar de previsto na Constituição, foi utilizado em notória dissonância com a previsão legal, visto não haver crime de responsabilidade que justifique o afastamento e o posterior impedimento definitivo. Em sintonia com as forças democráticas de diversos matizes, o Sintietfal qualifica o processo de impeachment como uma afronta à débil democracia brasileira, como um GOLPE urdido por manobras parlamentares, judiciárias e midiáticas e que tem um único objetivo: radicalizar o projeto neoliberal por meio do ILEGÍTIMO governo de Michel Temer.

A crise econômica capitalista que se arrasta desde 2014 aos poucos esgarçou as bases objetivas que sustentavam o pacto do governo Dilma/PT com os grandes grupos econômicos atuantes no país. A ação perspicaz da grande mídia e dos partidos políticos da oposição de direita foi fundamental nesse processo de ruptura do pacto, pois inviabilizou o governo no Congresso Nacional e galvanizou amplas parcelas das classes médias para a agenda neoliberal e conservadora, tudo isso animado pela tradicional substituição da política pela moral na caça seletiva aos corruptos.

Lamentavelmente, o governo Dilma/PT optou por resistir ao golpe institucional, aprofundando as alianças com os setores mais retrógrados da política nacional e cedendo às exigências dos grandes grupos econômicos, acreditando que, com isso, garantiria a sua governabilidade até o término do mandato. Assim, em 2015, a educação sofreu um corte de R$ 10,5 bi e, em 2016, mais R$ 4,27 bi, novos concursos foram suspensos neste ano e a disposição de contratar docentes e TAE's para as Instituições Federais de Ensino por intermédio de Organizações Sociais (OS's) foi diversas vezes ventilada por altos escalões do MEC. Por fim, o governo Dilma/PT enviou para o Congresso, em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar nº 257/2016, que prevê suspensão de concursos públicos, congelamento salarial, não pagamento de progressões e até programa de demissão voluntária (PDV), caso necessário para se ajustarem as contas públicas, tudo isso ao sabor do capital financeiro, principal beneficiado com as políticas de austeridade fiscal.

Fica hoje evidente que essa opção de resistência foi duplamente equivocada: por um lado, distanciou as bases populares que sustentaram eleitoralmente o governo em 2014, haja vista as medidas antipopulares que as atingiram duramente; por outro, não foi suficiente para garantir a governabilidade, pois a trama do golpe conseguiu isolar o governo da maioria dos congressistas e dos grupos econômicos que os financiam e os controlam.

Chega-se, portanto, a um desfecho que não interessa aos servidores públicos e aos trabalhadores em geral. A base parlamentar que Dilma/PT não tinha para aprovar medidas antipopulares, como o PLP 257/2016, tem

de sobra o governo ilegítimo de Michel Temer, que inclusive tem condições de alterar com tranquilidade o texto constitucional. Baseado em um Congresso fisiológico, com o apoio dos grandes grupos empresariais e da mídia, Temer pretende dar continuidade, de maneira mais célere, ao ajuste fiscal iniciado por Dilma e aprofundá-lo, com corte de direitos trabalhistas, verbas sociais, reforma da previdência, entrega do pré-sal às multinacionais, aceleramento da política de privatizações e reforma trabalhista que tornará ainda mais precária a condição do trabalhador brasileiro. Todas essas medidas serão aplicadas para o deleite do sistema financeiro, pois estão destinadas a garantir o pagamento da impagável dívida pública.

É urgente que os servidores públicos federais, estaduais e municipais se unifiquem para barrar as medidas nocivas desse governo ilegítimo, que deixa clara sua estratégia discursiva de criminalizar o serviço público, responsabilizando-o pela crise, objetivando camuflar e assim blindar os verdadeiros responsáveis pela bancarrota da economia nacional, pela especulação financeira, pela dívida pública e pela corrupção. É um dever do sindicalismo classista a busca pela unidade de ação contra essas e outras iniciativas antipopulares e antidemocráticas que emanam dos poderes "públicos". O Sintietfal buscará, por todos os meios, intensificar o diálogo com sua categoria e com os sindicatos irmãos da educação pública e dos trabalhadores em geral, a fim de constituir uma consistente resistência a este governo ilegítimo e às suas medidas regressivas.

Alagoas, 17 de maio de 2016

Sintietfal

Gestão 2016/2019 - Avançar nas Conquistas e na Reconstrução Sindical

Satuba: Agressão a servidores completa dois anos

Imagens registram momento em que estudante atira pedra contra grevistas

O dia 9 de junho de 2014 deixou uma mancha na história do câmpus Satuba do IFAL. Após uma manifestação democrática de greve, que começou por volta das 7 horas e contou com a presença de dezenas de servidores de diversos câmpus, dois alunos e seus respectivos pais ameaçaram e agrediram os servidores ao final do ato dentro do Instituto.

Hugo Brandão e Wilson Ceciliano, diretores do Sintietfal, foram os servidores agredidos fisicamente e Gabriel Magalhães, hoje também membros do sindicato, ameaçado pelos mesmos agressores.

A essa agressão covarde, a gestão em uma atitude de retaliação contra a greve e tentando amedrontar os servidores que trazem à tona todas as suas mazelas, processou administrativamente cinco lideranças daquele movimento, incluindo Elizabete Patriota, pelas denúncias em relação à gestão, e o professor Wellington Manuel, por ser do comando local de greve.

A comissão de sindicância, formada inicialmente para apurar os fatos, sequer convocou os servidores, ouvindo apenas os alunos e não concluiu os trabalhos. A parcialidade da famigerada sindicância foi explícita, tanto que os servidores foram penalizados com um Processo Administrativo Disciplinar, que respondem até hoje.

Duas comissões para o PAD foram instauradas. A primeira não conseguiu vislumbrar nenhuma razão para penalizar os servidores e os seus membros, que eram de outro instituto, desistiram de atuar. A reitoria, não satisfeita e com ímpetos de vingança contra os servidores, instaurou uma segunda comissão, que a passos lentos vem dando andamento ao processo contra os servidores.

As imagens captadas por inúmeros celulares, à época, foram claras e permitem observar que os servidores em greve, em especial, os professores Wilson Ceciliano e Hugo Brandão, são vítimas de pais e de alunos que, contrários à greve, partem para a violência gratuita.

Os estudantes que deveriam responder com as medidas disciplinares previstas na Resolução 42/13, o chamado Regulamento do Aluno, pela infração gravíssima de agressão contra servidores foram, na verdade, premiados pela gestão com uma transferência para o câmpus Maceió, sem ao menos seguir os trâmites legais exigidos, como por exemplo, parecer do setor pedagógico.

A intenção clara da reitoria ao processar os servidores que fizeram parte do movimento grevista era inibir a participação da categoria em futuras mobilizações e calar as muitas reivindicações existentes em todos os câmpus, o que não surtiu efeito, visto que os servidores continuam e continuarão na luta denunciando as arbitrariedades cometidas no Ifal e, mais do que isso, buscando garantir os seus direitos.

Apesar da clara perseguição que representa esse processo e da sua inadmissível duração, já que o mesmo anda a passos de tartaruga, o Sintietfal defende que o PAD apure os fatos, reparando a grave injustiça cometida contra os servidores engajados na luta sindical. Esse processo atinge frontalmente a todos os educadores e a todos aqueles que lutam pela liberdade e justiça social. O nove de junho não pode ser esquecido. Tem que ser lembrado para jamais ser repetido.

Aposentados

Encontro aproxima aposentados da nova gestão sindical

Criar um ambiente favorável à participação do aposentado nas atividades é meta dessa diretoria

Diversos aposentados do IFAL estiveram na tarde da sexta-feira, 13 de maio, na sede do Sintietfal para o primeiro encontro com a nova gestão sindical. O grupo foi acolhido pelos representantes da diretoria eleita para o triênio 2016/2019 que apresentou a atual situação do sindicato e repassou informações sobre convênios e assuntos jurídicos.

A aproximação com os aposentados é uma meta da nova diretoria e que teve seu passo inicial com esse encontro. "Foi um primeiro momento e bastante proveitoso. Queremos repetir essa atividade no próximo mês, realizando um encontro junino com os aposentados e assim estreitar ainda mais esse laço com a nossa entidade", disse Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.

Uma das responsáveis pelo sucesso do evento foi Ligia Maria Moreira. Sindicalizada desde a fundação do Sintietfal, ainda quando se chamava Associação de Servidores, Ligia almoça com os aposentados toda última sexta-feira do mês e ajudou no convite aos seus pares.

"Recebemos o sindicato em um dos nossos almoços e fiquei de convidar o pessoal para vir. Veio muita gente e outros faltaram. Vou reforçar para vir mais gente na próxima vez, porque acho muito importante esse contato com o sindicato", afirmou Ligia Maria.

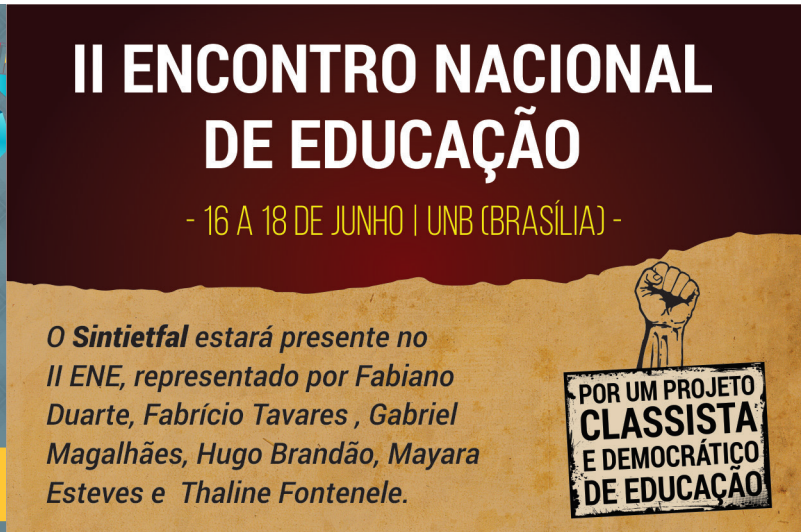
Foto: Ésio Melo

Novas reuniões devem ocorrer regularmente com os aposentados

O tema que acabou tendo mais destaque - tanto pelo tempo que passou sem atividade, como pela disputa judicial ocorrida - foi a reorganização do Sintietfal. A nova gestão apresentou todo o histórico da retomada da entidade, a intervenção judicial e a disposição dos novos diretores em reconstruir o sindicato com a participação de todos.

"O sindicato está reerguido para lutar pelos direitos de todos os servidores. Não cairemos na perspectiva divisionista de separar os aposentados dos servidores da ativa, é na união da categoria que está a nossa força", afirmou Gabriel Magalhães, tesoureiro do Sintietfal.

O diretor de assuntos de aposentadoria e pensão, Nivaldo Macário, ficou satisfeito com o evento e agradeceu a presença dos filiados. "Houve vários esclarecimentos da parte jurídica, administrativa e da diretoria. Estamos satisfeitos com a presença dos sindicalizados, que podem ter a certeza de que assumimos essa gestão para colocar o sindicato novamente em ordem", garantiu o diretor sindical.



UNIMED

Sintietfal conquista vitória nas negociações do reajuste anual

Plano de saúde chegou a propor um aumento abusivo de 30,79%. Acordo foi fechado em 13,55%

Os sindicalizados do Sintietfal que gozam do convênio com a Unimed Maceió têm um motivo a comemorar. Após o reajuste abusivo de 2015 (19,9%) e a tentativa de reajustar as mensalidades em 30,79% em 2016, a Unimed recuou e aceitou a proposta do Sintietfal em fechar acordo no valor estipulado pela Agência Nacional de Saúde, de 13,55%.

"Os servidores já foram prejudicados em outros anos com aumentos abusivos quando não tínhamos uma direção sindical comprometida com os trabalhadores. Na reunião para negociar o reajuste, colocamos que, mesmo nosso contrato sendo coletivo, não aceitaríamos mais do que o percentual definido pelo governo para pessoa física", disse Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.

Foto: Divulgação

Percentuais abusivos penalizam servidores anualmente

A Unimed, através de ofício emitido dia 23 de maio, confirmou o acordo diante da reivindicação do Sintietfal, entretanto, como não houve reajuste em maio - mês contratualmente definido para acréscimos de valores – a fatura de junho veio com o valor acumulado de 27,10% (13,55% retroativos a maio, acrescidos de 13,55% referentes a junho). Em julho, o valor da fatura retorna ao definido no acordo.

Pela Base

Sintietfal inicia visitas em todos os câmpus do IFAL

O Sintietfal está realizando, em todos os câmpus do IFAL, visitas para aprofundar o debate sobre a situação do país e a importância da organização dos trabalhadores para lutar em defesa de direitos. Iniciado em maio, o "Sintietfal nos câmpus" já realizou assembleias municipais em Piranhas, Murici e Penedo e uma assembleia geral em Satuba.

O objetivo das visitas é aproximar a categoria do seu sindicato que, após uma longa disputa jurídica, está sendo reorganizado com representantes legitimamente eleitos e dispostos a resgatar a credibilidade e o papel do sindicato perdido por gestões passadas.

"Estamos reconstruindo o sindicato e resolvendo pendências de administrações anteriores, para dotar a entidade de condições para realizar sua atividade finalística, que é visitar as bases, fazer o trabalho político com os servidores, discutir a situação da educação e a situação do país, organizar a categoria para lutar por melhores condições de trabalho e de vida", afirmou o secretário de finanças, Gabriel Magalhães.

As assembleias municipais têm ocorrido sempre às quartas-feiras, por ser o dia que, geralmente, mais concentra servidores nos câmpus. Debates importantes, como democracia na instituição, com a adoção de conselhos de câmpus, e assédio moral têm demonstrado a necessidade da presença do sindicato em todo o IFAL.

Acompanhe o calendário mensal das assembleias em nosso site www.sintietfal.com.br ou em nossas redes sociais.

Foto: Ésio Melo

Jurídico

Plantão jurídico acontece às quartas-feiras na sede do Sintietfal

Escritório Arthur Cardoso Advogados Associados é o responsável pela assessoria jurídica da entidade

O sindicato, enquanto espaço de representação dos interesses mais legítimos dos trabalhadores, tem, entre suas principais funções, a defesa dos direitos garantidos à sua base, bem como a luta pela aquisição de novos direitos, além da luta pela consolidação dos direitos já conquistados, prevenindo eventuais violações destes.

Consciente do seu papel e do seu compromisso na luta pela defesa irrestrita desses direitos, o Sintietfal, por meio da Diretoria eleita para o triênio 2016-2019, disponibiliza, para os seus filiados, o serviço de assessoria jurídica, realizado pelo escritório de advogados contratado para essa finalidade.

O plantão jurídico acontece nas quartas-feiras entre 9h e 12h e conta com a presença de um advogado para esclarecimentos de dúvidas e encaminhamento jurídico ou administrativo das questões trazidas pelos filiados. A diretora jurídica da entidade, Elizabete Patriota, informa que, além da presença física do profissional, há um endereço eletrônico plantaojuridicosintietfal@gmail.com por meio do qual os filiados podem enviar, a qualquer momento, questionamentos e dúvidas para serem respondidos pelos advogados.

É importante salientar que o Sintietfal, por meio de sua diretoria jurídica, além de possibilitar o ajuizamento de novas ações coletivas atualmente em estudo por sua assessoria jurídica, está à disposição para ajuizar demandas individuais de interesses dos servidores, a exemplo das seguintes ações:

Foto: Ésio Melo

Filiados contam com o auxílio do jurídico do Sintietfal

1) cobrança de auxílio-transporte para quem utiliza veículo próprio ou alternativo para trabalhar;

2) ação de cobrança de valores retroativos referentes ao RSC;

3) ação para afastar a submissão ao FUNPRESP dos filiados que possuíam, antes do ingresso no IFAL, vínculo estatutário com outros entes federativos (estados, Distrito Federal e municípios), e que não houve intervalo entre uma situação e outra;

4) ação de cobrança de valores relativos ao terço constitucional de férias dos servidores afastados para fazer cursos de pós-graduação;

5) ação de cobrança de valores retroativos da Retribuição por Titulação (RT) referentes à data do requerimento administrativo e não à data da expedição do diploma;

6) ação para afastar a limitação de 60 (sessenta) horas semanais imposta pelo Parecer GQ nº 145/98, da Advocacia Geral da União (AGU), para fins de acumulação remunerada de cargo e emprego público, quando houver compatibilidade de horários;

7) ação de cobrança do percentual de 13,23%, na remuneração dos servidores, assim como o recebimento dos últimos cinco anos devidamente corrigido e atualizado, em observância às Leis 10.697/2003 e 10.698/2003.

COM VOCÊ!
NOSSA LUTA SE FORTALECE

Preencha a ficha de filiação e entregue ao diretor sindical de seu câmpus ou em nossa sede, localizada na Rua França Morel, 136 - Centro, Maceió/AL.

Filie-se ao Sintietfal!